

| | | |
|---|--|------------------|
|  <p>ORDEM DOS ARQUITECTOS</p> | formação complementar ao estágio de admissão à OA ESTATUTO E DEONTOLOGIA prova n.º 17 – Dezembro 2011 | Corrector: |
| | FICHA DE AVALIAÇÃO | Data (correção): |
| Nota: | | |

| | | |
|--|--|----------------------------|
| N.º DE IDENTIFICAÇÃO DO FORMANDO: | TURNO: 1.º <input type="checkbox"/> 2.º <input type="checkbox"/> | DATA: 19.12.2011 |
|--|--|----------------------------|

A1 Avalie as seguintes afirmações, classificando-as de VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F):

| | | |
|--|---|---|
| <i>Actualmente, a OA tem sede no Porto, sendo constituída por duas secções regionais, a secção regional do norte e a secção regional do sul.</i> | V | F |
| <i>Somente poderão ser admitidos na OA, para efeitos de exercício da profissão de arquitecto em Portugal, arquitectos de nacionalidade portuguesa ou arquitectos com nacionalidade estrangeira dos restantes Estados membros da Comunidade Europeia.</i> | V | F |
| <i>A gestão das relações internacionais da OA é competência exclusiva do bastonário da Ordem.</i> | V | F |
| <i>A OA é uma organização sindical que representa os arquitectos portugueses, nomeadamente perante os seus empregadores, sejam estes públicos ou privados.</i> | V | F |
| <i>No quadro da sua missão ao serviço do interesse público, a Ordem dos Arquitectos é responsável pela regulação do exercício profissional e pela defesa e promoção da Arquitectura.</i> | V | F |

A2 Associe as seguintes competências aos respectivos órgãos sociais da OA:

| | |
|---|--|
| <i>Organizar e avaliar os estágios e as provas de aptidão.</i> | |
| <i>Organizar o congresso e fixar os seus temas, ouvido o conselho nacional de delegados e as assembleias regionais.</i> | |
| <i>Constituir comissões de trabalho de âmbito regional e nomear os seus membros.</i> | |
| <i>Pronunciar-se, nomeadamente, sobre propostas do conselho directivo nacional para filiação em instituições com objectivos afins aos da Ordem dos Arquitectos.</i> | |

A Conselho Directivo Regional

B Assembleia Geral

C Congresso

D Conselho Nacional de Delegados

E Conselho Regional de Admissão

F Conselho Fiscal Nacional

G Conselho Nacional de Admissão

H Conselho Directivo Nacional

I Assembleia Regional

J Conselho Regional de Disciplina

L Conselho Nacional de Disciplina

M Conselho Regional de Delegados

B1 Avalie as seguintes afirmações, classificando-as de VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F):

| | | |
|---|---|---|
| <i>Um arquitecto que seja funcionário do gabinete do Presidente do Governo Regional da Madeira pode exercer simultaneamente a profissão de arquitecto por conta própria, desde que exerça a função no governo regional em part-time.</i> | V | F |
| <i>Um arquitecto pode divulgar publicamente o seu trabalho, nomeadamente através de sites.</i> | V | F |
| <i>Um arquitecto, ao ser convidado para elaborar um edifício com um programa de especial complexidade, deve assegurar a necessária competência técnica, nomeadamente estudando previamente todo o normativo técnico aplicável ao tipo de projecto a realizar.</i> | V | F |
| <i>Um arquitecto, no âmbito do exercício da profissão, deve recusar condições financeiras que não lhe permitam fornecer uma prestação profissional satisfatória.</i> | V | F |
| <i>Um arquitecto que se encontre suspenso por decisão disciplinar está impedido de exercer os actos próprios da profissão.</i> | V | F |
| <i>Constitui direito do arquitecto, consagrado no EOA, o direito de constituir a sua equipa de projecto, elegendo os restantes técnicos projectistas necessários, sem qualquer interferência por parte do seu cliente.</i> | V | F |

B2 Identifique por entre as actividades adiante enumeradas duas que correspondam a acto profissional para o qual a legislação portuguesa exige prévia inscrição na Ordem dos Arquitectos.

- escrever um ensaio crítico sobre uma obra de arquitectura
- dirigir a execução de uma obra de construção de um viaduto rodoviário
- ministrar uma aula prática de projecto no âmbito de um curso superior de arquitectura
- auditar um projecto electrotécnico
- elaborar um estudo de reaproveitamento espacial de um imóvel pré-existente a ser integrado num pedido de informação prévia
- efectuar uma revisão de projecto a um projecto de arquitectura referente à construção de uma unidade hoteleira
- elaborar o programa preliminar referente à construção de um hospital
- elaborar um levantamento arquitectónico de um imóvel classificado de interesse nacional

C1 Avalie as seguintes afirmações, classificando-as de VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F):

| | | |
|--|---|---|
| <i>Os arquitectos não podem oferecer nenhuma compensação para serem contratados.</i> | V | F |
| <i>Um arquitecto, quando solicitado pelo seu cliente para preconizar a demolição de uma pré-existência deve avaliar o valor patrimonial da mesma, bem como da efectiva necessidade da mesma.</i> | V | F |
| <i>Os arquitectos, no exercício da sua profissão, devem fazer prevalecer a salvaguarda do interesse público aos seus interesses privados, ou aos interesses dos seus clientes.</i> | V | F |
| <i>O arquitecto está obrigado a comunicar à OA, no prazo de 30 dias, qualquer mudança do seu domicílio, mas dispensado de o fazer quanto a qualquer alteração do modo de exercício profissional.</i> | V | F |
| <i>Os arquitectos devem remunerar os seus associados e funcionários convenientemente e contribuir para o seu desenvolvimento profissional.</i> | V | F |

C2 Um arquitecto, ao ser solicitado por um colaborador para que a este emita uma declaração que explicita a natureza da colaboração prestada ao seu gabinete, ...

- ... deve incondicionalmente satisfazer esse pedido.
- ... pode em qualquer circunstância recusar-se a fazê-lo.
- ... pode condicionar a emissão da declaração à prévia explicação cabal dos motivos que levam o colaborador a solicitá-la.
- ... não deve satisfazer o pedido.

C3 Um arquitecto, ao ser solicitado por um outro arquitecto para assinar um projecto no qual este segundo não teve qualquer intervenção, ...

- ... não deve fazê-lo enquanto não haja sido estabelecido um acordo acerca dos honorários a pagar pela prestação de serviços em causa.
- ... deve liminarmente recusar-se a subscrevê-lo.
- ... pode aceitar subscrevê-lo, desde que concorde com a solução nele preconizada.
- ... pode aceitar subscrevê-lo, desde que tenha previamente verificado que o mesmo cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável.

D1 Avalie as seguintes afirmações, classificando-as de VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F):

| | | |
|--|---|---|
| <i>A mediação de conflitos consiste num processo de resolução de conflitos em que um árbitro ou um colégio de árbitros, uma vez ouvidas as partes em conflito, determina uma decisão.</i> | V | F |
| <i>O EOA impede que um arquitecto sancionado com a pena de suspensão possa posteriormente vir a ser patrono de um arquitecto-estagiário.</i> | V | F |
| <i>Não pode aplicar-se ao mesmo arquitecto mais de uma pena disciplinar por cada infracção ou pelas infracções acumuladas que sejam apreciadas num só processo.</i> | V | F |
| <i>Em procedimento disciplinar, 'processo de inquérito' consiste numa fase de averiguações preliminares destinada, nomeadamente, ao esclarecimento dos factos inerentes à alegada infracção e da identificação do seu autor.</i> | V | F |
| <i>O Regulamento de Deontologia também se aplica aos ilícitos praticados por membros da Ordem dos Arquitectos antes da sua entrada em vigor.</i> | V | F |

D2 Complete as seguintes afirmações, utilizando para o efeito palavras das abaixo indicadas:

- As decisões transitam em julgado, logo que esgotado o prazo para apresentação de
- Após o, todas as decisões de aplicação de punição disciplinar, com excepção das de advertência, são objecto de publicitação entre os restantes membros da Ordem.
- Quem tiver conhecimento que um arquitecto praticou disciplinar pode participá-la à Ordem.
- O para a apresentação de defesa é de vinte dias.
- A desistência do procedimento disciplinar pelo titular do interesse directo nos factos participados não extingue a responsabilidade

procedimento
trânsito em julgado
tempo
criminal
infracção

prazo
despacho de
acusação
recurso
administrativo
acórdão final

responsabilidade
disciplinar
contestação
administrativo